

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.334.089 - GO (2018/0186427-1)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
AGRAVANTE : CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
ADVOGADOS : CLAUDIO JORGE MACHADO - GO051176A
JOEL COSTA DE SOUZA - GO051177A
JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - GO051175A
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DE GOIÁS
ADVOGADOS : ANNA KAROLYNNE MORAIS FREIRE - GO042989
PIETRO JOSÉ NETTO GONÇALVES - GO032064

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial em razão da incidência da Súmula 07 do STJ.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão assim ementado (fl. 215):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REVISÃO CONTRATUAL E CONSIGNATÓRIA COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA. SUSPENSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SERVIÇOS ESSENCIAIS. INTERESSE COLETIVIDADE. IMPOSSIBILIDADE. DEPÓSITOS JUDICIAIS VALOR INCONTROVERSO. DEFERIMENTO. INEXISTÊNCIA DE ABUSO DE PODER, ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA.

1 - A Lei de Concessões condiciona a suspensão no fornecimento de energia elétrica ao "interesse da coletividade", que impossibilita o corte na iluminação pública e nas unidades públicas essenciais, quando, então, a concessionária deve fazer uso da ação de cobrança.

2 - Para o deferimento da antecipação dos efeitos da tutela exige-se a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. In casu, demonstrados os requisitos ensejadores da concessão da tutela de urgência, indubitável a necessidade da manutenção da decisão agravada.

3 - O deferimento de liminar reside no poder discricionário e no livre convencimento do Julgador, somente justificando a sua revogação, em caso de comprovada ilegalidade ou contradição com as provas carreadas aos autos, inócurre na hipótese. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO.

No recurso especial o recorrente alega violação dos artigos 139, 140, § 3º, II, e 172 da Resolução n. 414/2010 da ANEEL, e 6º da Lei n. 8.987/95, suscitando a possibilidade de suspensão do fornecimento de energia elétrica por inadimplemento.

Com contrarrazões às fls. 283/284.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontra presente o óbice apontado na decisão agravada, destacando que "é de simples entendimento o fato de que a manutenção da regularidade do fornecimento da energia elétrica deve ser condicionada à adimplência do consumidor,

não podendo este, quando devidamente comprovado o débito, simplesmente se valer do princípio da continuidade do serviço público, pois tal argumento, caso prevaleça, pode ser em tese utilizado por quaisquer consumidores inadimplentes, obrigando a concessionária de energia, em todos os casos, a continuar fornecendo um serviço sem qualquer contraprestação, inviabilizando completamente a atuação empresarial neste ramo de atividade" (e-STJ, fls. 244/245)

É o relatório. Decido.

O recorrente, ao indicar ofensa ao artigo 6º da Lei n. 8.987/95 e direcionar a sua tese no sentido de a continuidade do serviço sem contraprestação inviabiliza a atuação empresarial no ramo, deixou de impugnar o fundamento do acórdão recorrido segundo o qual "a possibilidade de corte está condicionada a não-abrangência da iluminação pública e das unidades públicas essenciais, quando, então, a empresa deve fazer uso da ação de cobrança" (e-STJ, fl. 211).

A referida fundamentação, por si só, mantém o resultado do julgamento ocorrido na Corte de origem e torna inadmissível o recurso que não a impugnou. Incide ao caso a Súmula 283/STF.

Acrescente-se que não é possível a apreciação do apelo em relação a suposta divergência na interpretação dada aos dispositivos da Resolução nº 414/2010 da ANEEL. O conceito de tratado ou lei federal, previsto no art. 105, inciso III, "a" e "c", da Constituição da República, consoante pacífica jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, deve ser considerado em seu sentido estrito, não compreendendo súmulas, decretos regulamentares, resoluções, portarias ou instruções normativas. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. OFENSA À DECRETO REGULAMENTAR. CONCEITO DE TRATADO OU LEI FEDERAL. NÃO ENQUADRAMENTO. INCIDÊNCIA (POR ANALOGIA) DA SÚMULA N. 518/STJ. APLICAÇÃO DE MULTA ADMINISTRATIVA PELO PROCON. LEGITIMIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 83/STJ. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

(...)

III - Consoante pacífica jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, o conceito de tratado ou lei federal, previsto no art. 105, inciso III, a, da Constituição da República, deve ser considerado em seu sentido estrito, não compreendendo súmulas de Tribunais, bem como atos administrativos normativos. Incidência, por analogia, da Súmula n. 518 do Superior Tribunal de Justiça.

(...)

VIII - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1664584/GO, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 27/09/2017)

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

